

Brasília, 29 de novembro de 2022

Ofício FONACATE/SG nº 029/2022

**Ilmo. Senhor**  
**ALOIZIO MERCADANTE**  
**Coordenador de grupos técnicos da equipe de transição de governo**  
**Brasília/DF**

**Assunto: Orçamento de 2023 e pauta emergencial dos servidores públicos civis federais**

Senhor Coordenador,

1. Ao cumprimentá-lo, o **Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – FONACATE**, composto por 36 entidades associativas e sindicais, que representam mais de 200 mil servidores públicos que desempenham atribuições imprescindíveis ao Estado brasileiro apresenta, a seguir, a pauta emergencial do serviço público federal.
2. O processo atual de tramitação do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) 2023, em meio à transição de governo com repactuação de agenda inclusiva e sustentável de desenvolvimento, para o que importa a reestruturação das capacidades estatais, constitui oportunidade para início da correção dos prejuízos acumulados pelos servidores públicos civis federais nos últimos anos.
3. Os salários encontram-se congelados, em termos nominais, desde janeiro de 2017 ou janeiro de 2019, conforme a carreira, acumulando perdas de 30% a 40%.
4. Os concursos escassearam, a reposição de força de trabalho não compensa as saídas por aposentação, há queda persistente do número de servidores e a insuficiência de mão de obra cresce, especialmente em atividades de prestação direta de serviços à população.
5. Os servidores aposentados, além do congelamento dos vencimentos e da majoração de alíquotas da contribuição previdenciária imposta pela Emenda Constitucional nº 103, com o Decreto 10.620/2021 deixarão de ser atendidos pelas áreas de recursos humanos dos Ministérios para se integrem ao INSS, órgão com recorrente escassez de pessoal.
6. É emergencial e é factível a concessão de recomposição imediata dos salários dos servidores civis federais. As despesas com a folha civil encontram-se no patamar mais baixo da série histórica. O PLOA 2023, ainda em tramitação, já conta com previsão de R\$ 13,3 bilhões para reajustes remuneratórios, concessões de vantagens e reestruturação de carreiras. Um valor como este não cobre as perdas dos últimos anos, mas pode constituir um piso inicial para a recomposição, pois comporta para todos os Poderes a proposta escalonada de reajuste do Judiciário de 18% não cumulativo em 2023 e 2024. E as dotações orçamentárias podem aumentar em razão da aprovação da PEC de Transição.
7. O PLOA 2023 também prevê R\$ 3,4 bilhões para o provimento de 52 mil novos servidores distribuídos em todos os Poderes. Mais uma vez é importante tratar a previsão como um piso. A

necessária restauração das políticas públicas requererá reposição planejada da força de trabalho do Governo Federal nos próximos anos.

8. Além do acima exposto, o Decreto 10.620/2021 precisa ser revogado. Com competência ampliada, o INSS, que já passa por dificuldades estruturais e de pessoal, pode entrar em colapso. Já para os servidores federais prestes a se aposentarem, além de aposentados e aos pensionistas, há ampliação de insegurança.

9. Por fim, ficamos à disposição para esclarecimentos e discussões que envolvam as áreas representadas neste Fórum.

Cordialmente,



**RUDINEI MARQUES**

**Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado**  
Presidente da FENAUD – Federação Nacional de Auditores de Controle Interno Público



**RIVANA RICARTE**

**Secretária-Geral do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado**  
Presidenta da ANADEP – Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

Compõem este Fórum:

**AACE** – Associação dos Analistas de Comércio Exterior  
**ABC** – Associação Brasileira de Criminalística  
**ADB** – Associação dos Diplomatas Brasileiros  
**ADPF** – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal  
**AFIPEA SINDICAL** – Sindicato Nacional dos Servidores do IPEA  
**ANADEF** – Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais  
**ANADEP** – Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos  
**ANAFE** – Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais  
**ANAPE** – Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal  
**ANESP** – Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental  
**ANFFA SINDICAL** – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários  
**ANFIP** – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil  
**ANPM** – Associação Nacional dos Procuradores Municipais  
**ANPPREV** – Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais  
**ANPR** – Associação Nacional dos Procuradores da República  
**APCF** – Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais do Departamento de Polícia Federal  
**ASSECOR** – Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento  
**AUDITAR** – União dos Auditores Federais de Controle Externo  
**CONAMP** – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público  
**FEBRAFITE** – Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais  
**FENADEPOL** – Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal  
**FENAFIM** – Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais  
**FENAFISCO** – Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital  
**FENAUD** – Federação Nacional de Auditores de Controle Interno Público  
**INTELIS** – União dos Profissionais de Inteligência de Estado da ABIN  
**SINAIT** – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho  
**SINAL** – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central  
**SINDCVM** – Sindicato Nacional dos Servidores Federais Autárquicos nos Entes de Promoção e Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários  
**SINDIFISCO NACIONAL** – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil  
**SINDILEGIS** – Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU  
**SINDPFA** – Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários  
**SINDSUSEP** – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Superintendência de Seguros Privados  
**SINPROFAZ** – Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional  
**UNACON SINDICAL** – Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle  
**UNAFISCO NACIONAL** – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil  
**UNAREG** – União Nacional dos Servidores de Carreira das Agências Reguladoras Federais

